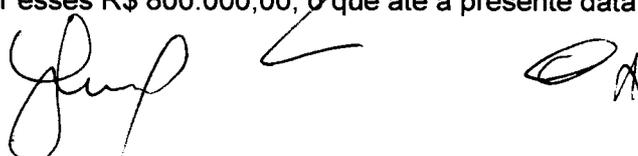


ATA DA MILÉSIMA CENTÉSIMA DÉCIMA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA COLEGIADA DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB

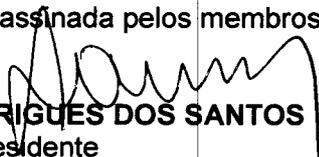
Aos quatorze dias do mês de outubro de dois mil e treze, às 14:30 horas, na Sede da Matriz da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, Empresa Pública Federal, constituída por fusão autorizada pela Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, e instalada em 1º de janeiro de 1991, situada no SGAS, Quadra 901, Conjunto A, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, com a presença do Presidente **Rubens Rodrigues dos Santos**, e dos Diretores **Marcelo de Araújo Melo**, **João Carlos Bona Garcia**, **Sílvio Isopo Porto** e **Rogério Luíz Zeraik Abdalla** realizou-se a milésima centésima décima terceira (1.113ª) reunião ordinária da Diretoria Colegiada da Conab. 1) O Presidente, na forma do disposto no inciso IV, Art. 20, do Estatuto Social, abriu a reunião, entregando aos membros do Colegiado 1.1) relação sobre pendências apontadas pelo Confis, informando que, embora tenha encaminhado o original à área de Controle Interno, o Confis foi bastante incisivo na última reunião, pelo fato da existência de pendências bastante antigas. O Presidente solicita aos Diretores para forneçam uma posição à Audin sobre essas pendências, visando resposta ao Conselho Fiscal. 1.2) O Presidente comunica que, em que pese a decisão tomada na 1112ª Redir, do dia 08/10/2013, de não trazer os Superintendentes Regionais à Matriz, não tem como não trazê-los para tratar dos assuntos do PAA, Armazenagem, Banco do Brasil e Venda de milho em Balcão. Foi elaborada planilha de custos, chegando-se ao valor de R\$ 59.250,00 (cinquenta e nove mil, duzentos e cinquenta reais) para arcar com as despesas de viagem, sendo que a Conab irá ter gastos para 50 (cinquenta) passagens aéreas e despesas com taxi, no total de R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais), sendo que a hospedagem será paga por meio do convênio com o MDS. A reunião será realizada em dois dias a serem definidos para a próxima semana. O Colegiado aprovou a realização do evento. 2) Passando aos comunicados da Diafi, o Diretor Bona Garcia entregou ao Colegiado, para conhecimento, 2.1) cópia da Nota Técnica Diafi, que faz parte integrante desta ata, sobre pagamento de subvenção econômica de produtores de cana de açúcar e unidades produtoras de etanol combustível. Determinou à Suofi maior rigor na fiscalização dos documentos, como falta de assinatura, que pelo menos, a documentação esteja totalmente correta. 2.2) Comunicou que foi assinada mais uma ação trabalhista, de uma empregada que ganhou na justiça 28 (vinte e oito) níveis, no valor de quase um milhão de reais. Ressalta, com louvor, trabalho realizado na Sureg-CE, onde a 8ª turma do TST/CE reformulou uma decisão do TRT da 7ª Região do Ceará, que havia reconhecido o direito de uma empregada da Superintendência a receber diferenças salariais decorrentes de promoção por merecimento sem ter se submetido à avaliação de desempenho. Em resumo: a) entendeu que não pode dar avanço nenhum, sem que a avaliação do empregado tenha sido feita. b) que o número de níveis que o empregado pode receber não pode ser maior do que o último nível da classe. O Diretor Bona Garcia solicita que a área jurídica da Matriz, faça uma análise da questão. 2.3) Em relação à fiscalização, informou que já começou a 4ª etapa de fiscalização do PAA. Em reunião com Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e com o Secretário Executivo do Mapa, lhes foi relatado acerca da grande preocupação em relação à situação da fiscalização, pois existe orçamento para comprar o milho mas não temos orçamento para locomoção de pessoal. Informa também sobre a volta da operação do PEP laranja, neste exercício. 3) Com a palavra o Diretor Sílvio Porto, 3.1) informou que esta sendo preparado uma Nota Técnica que vai embasar o MDS e Casa Civil da Presidência da República, para uma medida provisória para solução, no todo ou parcial, para os débitos da CPR Alimentos 2003/2004. 3.2) Foi encaminhado ao Gabinete do MAPA, em data de 11/10/2013, via e.mail, solicitação para liberação de aproximadamente R\$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais) para o levantamento de safra. Nós estamos com um Termo de Cooperação, no valor de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), parado no MAPA, valor este que até a presente data não foi repassado à Conab. Para realização dos levantamentos de março e agosto, tivemos que fazer com antecipação de recursos do PNUD, senão o levantamento não teria ocorrido, ficando acordado com o MAPA que iriam acelerar as providências em relação do Termo de Cooperação e nos repassar esses R\$ 800.000,00, o que até a presente data





não ocorreu. Nossa situação é muito complicada, uma vez que em março o pagamento foi realizado com recursos do Projeto e agora estamos sem recursos para pagamento aos parceiros e, nos estados o pagamento foi realizado com antecipação de recursos próprios. Estamos sem solução para o 3º levantamento de cana e o 3º levantamento de café. Solicitamos mais recursos ao MAPA, para podermos efetuar levantamento de grãos e cana, sem falar no café. Nossa posição técnica é que se não tivermos recursos para o levantamento em campo, o levantamento será realizado por telefone, como feito no 1º levantamento, o que é muito temerário, sendo que para esse mês seriam necessários R\$ 137.000,00. Se não houver o repasse do valor, o levantamento a ser realizado por telefone será apenas para consumo interno, não sendo divulgado externamente, sob pena de colocar em risco a nossa credibilidade. Assim, os outros R\$ 300.000,00 seriam para fazer cana e um levantamento geral de grãos e mais um levantamento localizado. 3.3) Registrou que causou surpresa o fato do relatório da CGU, recebido na Conab no dia 7/10/2013 não ter sido dado conhecimento aos demais. Somente no dia 11/10 é que teve conhecimento sobre o relatório do PAA encaminhado à Audin, depois de ter realizado a vídeo conferência e depois de ter expedido uma série de medidas para as Superintendências Regionais, em termos de controle e acompanhamento. Não entendeu como documento dessa natureza, onde contém 12 avaliações efetuadas, não chegou ao seu conhecimento para que pudesse utilizar como subsídio para aquilo que foi anunciado às Suregs na vídeo conferência. Informou que há indicativos de que terão outras ações da Polícia Federal em outros estados. Tomar conhecimento do conteúdo do relatório era fundamental para que pudesse ter incluído nas ações. A Chefe de Gabinete esclareceu que assuntos dessa natureza estão sendo tratados pelo Gabin, considerando a gravidade das informações. Que se houve falha foi por cuidado com o assunto tratado. 4) O Diretor Marcelo Melo, convocou para participar da Redir o Superintendente de Armazenagem, Sr. Rafael Bueno, para posicionar o Colegiado sobre a situação do Porto de Itaqui/MA. Dando início, esclareceu que a Suarm/Gerap, preocupada com a questão, elaborou a CI de nº 458, datada de 07/10/2013, com relação à situação da unidade. Em relação aos aspectos técnicos e jurídicos, foi feito o possível e o impossível, mas parece que nem tudo esta correndo nessa direção, pelos fatos a seguir relatados: a) a questão das correias, onde houve o descumprimento da sentença por parte da EMAP, a Conab recorreu e foi enviado ao desembargador. O Porto de Itaqui foi fiscalizado pela Comissão Portos – COMPORTOS, que é uma comissão de portos ligada ao Ministério da Justiça e obedece normas da ONU, normas estas de segurança, por se tratar de área de fronteira. A Conab foi ao Estado, como todos os órgãos que estão no Porto e fez um relatório de quais itens estavam pendentes, os quais foram sanados. A auditoria da COMPORTOS exige que exista uma pessoa do quadro de contratado que tenha o curso de certificação realizado pela ANTAQ, sendo que este só é ministrado uma vez ao ano. Foi indicado empregado da Conab, sendo que este foi o único reprovado no curso. b) Outro assunto, é a falta de contrato de arrendamento com o Porto, antes feito com a EMAP e que agora é com a ANTAQ. A EMAP encaminhou ofício à Conab para regularizar, temporariamente, a situação, pelo período de 180 dias, até passar por um processo definitivo. Trata-se de contrato precário de arrendamento direto com a EMAP/ANTAQ. A preocupação em relação a este contrato é que dentro das exigências para assinatura, é que a Conab esteja regular com a Auditoria da COMPORTOS e, no final do ofício recebido, consta a seguinte cláusula: " caso a Conab não celebre o termo precário, ensejarão nas tomadas das ações judiciais para retirada desse órgão daquela localidade". A EMAP tem conhecimento de que a Conab não atingiu a exigência da COMPORTOS, em relação à certificação. A Conab, então, adotou a seguinte providência – o Moinho Cruzeiro do Sul, vizinho da Conab, conseguiu a certificação de um empregado de seu quadro, ficando alinhado que esse empregado seja o responsável, também, pela Conab". Sr. Rafael solicita que este assunto seja submetido à Casa Civil da Presidência da República, onde encontra-se a Secretaria de Portos. O assunto foi debatido pelo Colegiado e o Sr. Presidente irá formalizar documento à Casa Civil para discutir o assunto junto à Secretaria de Portos. 5) O Diretor Rogério Abdalla convocou seu Assessor Andrey de Matos Martins, para submeter ao Colegiado, 5.1) o requerimento da empregada Cleide Edvirges Santos Laia solicitando incorporação de PLUS. Esta recebia gratificação de função e o salário, sendo que a soma destes não atingia ao teto de gerente/superintendente, passando então a receber o PLUS, para

alcançar esse teto. Agora vem requerer a incorporação. Existe uma análise jurídica da Conab que entende que isso é natureza salarial e que isso deva ser incorporado ao salário, só que não está definido no âmbito da Companhia, se é salário ou gratificação, se vai ser incorporado ou não. O Presidente solicita que o assunto seja provocado, para que o procedimento seja normatizado. O Diretor Sílvio Isono sugere submeter ao Conad. O Colegiado aprovou a proposta e solicita o encaminhamento ao Conad para chancela. A Digep irá encaminhar o processo para submeter ao Conselho de Administração. Findas as comunicações, passou a leitura da pauta, com a apresentação dos votos. **1) Voto Diafi nº 096/2013 – Processo nº 0006/98.** Proposta de criação da Gerência de Cálculos e Contas – Gecac, vinculada à Superintendência de Contabilidade – Sucon. Após vistas pelos Diretores da Dipai e Digep, o voto foi aprovado nos termos relatados. **2) Voto Diafi nº 106/2013 – Processo 21212.01914/2013-13.** Proposta de deflagração de certame licitatório destinado à contratação de serviços especializados de advocacia, para atuação junto à Sureg-MT, diante das Justiças Estaduais, Federal e do Trabalho. O voto foi aprovado pelo Colegiado nos termos relatados. **3) Voto Diafi nº 107/2013 – Processo nº 21200.0520/2008-00.** Proposta de revogação do Voto Diges nº 028/2008, que autorizou a doação ao Município de Vilhena (RO) de faixa de terreno (25m x 203,23m) onde se encontra instalada a unidade armazenadora da Conab naquela localidade. O colegiado autorizou a revogação proposta, nos termos relatado. **4) Voto Diafi nº 108/2013 – Processo nº 21210.00177/2013-33.** Contratação de empresa especializada no serviço de vigilância armada para atender a UA Apucarana – Sureg-PR. O voto foi aprovado nos termos relatados. **5) Voto Digep nº 15/2013 – Processo nº 21200.001569/2013-39.** Regulamentação da Jornada de Trabalho em turnos ininterruptos. Discutido o assunto, o Colegiado aprovou o voto nos termos relatados. **6) Voto Digep nº 16/2013 – Processo nº 1286/2000 – Nota Técnica Gepes nº 01, de 29 de março de 2013.** Realização de Horas Extras no âmbito da Conab. Após relato pelo Diretor, o colegiado aprovou o voto nos termos relatado. **7) Voto Dirab nº 058/2013 – Processo nº 21211.000213/2013-59.** Autorização para realizar licitação na modalidade pregão eletrônico, visando contratar empresa especializada para a prestação de serviços no âmbito das unidades operacionais subordinados à Superintendência Regional. O Colegiado aprovou o voto nos termos relatados. **8) Voto Dirab nº 059/2013 - Processo 2383/2013 com Nota Técnica Conjunta Suope e Supab nº 011/012/004 de 07 de outubro de 2013 e CI UA Patos 235/13 de 08/10/13 (E.mail Geose/PB de 08/10/2013).** – Proposta de cancelamento do lote 05 do Aviso de Frete 134/13 e reprogramação do período de entrega dos lotes 02 – Entre Rios/BA e 22 – Patos/PB do Aviso de Compra 145/13. O Voto foi aprovado, nos termos relatados. Nada mais havendo para tratar, o Presidente deu por encerrada a reunião e eu, Elenice Lobo Santos Ribeiro, Chefe de Gabinete, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos membros da Diretoria Colegiada e por mim.



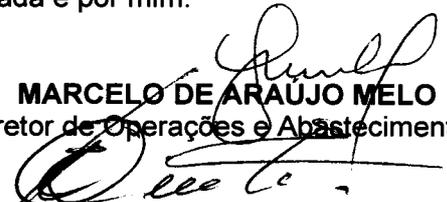
RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente



JOÃO CARLOS BONA GARCIA
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização



SÍLVIO ISOPO PORTO
Diretor de Política Agrícola e Informação



MARCELO DE ARAÚJO MELO
Diretor de Operações e Abastecimento



ROGÉRIO LUIZ ZERAIAK ABDALLA
Diretor de Gestão de Pessoas



ELENICE LOBO SANTOS RIBEIRO
Secretária